

Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento dos Juízes do Estado do Rio
Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul -
Sicredi Ajuris RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

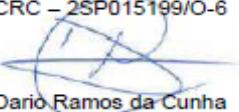
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	156.291	142.615	CIRCULANTE	42.705	43.551
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	19	22	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 05)	12.173	11.048	Depósitos à Vista	37.960
Carteira Própria		12.173	11.048	Depósitos a Prazo	3.689
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	132.305	119.154	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	34.271
Centralização Financeira - Cooperativas		132.305	119.154	Recursos em Trânsito de Terceiros	109
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	9.103	9.886	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 12)
Operações de Crédito		9.490	10.028	Empréstimos País - Outras Instituições	848
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(387)	(142)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	848
OUTROS CRÉDITOS		2.685	2.504	Cobrança e Arrecadação de Tributos	850
Rendas a Receber		64	89	Sociais e Estatutárias	3.788
Diversos	(NOTA 07)	2.641	2.429	Fiscais e Previdenciárias	20
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(20)	(14)	Diversas	702
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	6	1	(NOTA 13)	283
Despesas Antecipadas		6	1		2.783
NÃO CIRCULANTE	25.505	22.993	NÃO CIRCULANTE	125.260	107.681
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		25.505	22.993	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	22.869	20.366	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
Operações de Crédito		23.353	20.510	Depósitos a Prazo	125.260
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(484)	(144)		107.681
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	2.263	2.263	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.831
Outros Investimentos		2.263	2.263	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	222	211	De Domiciliados no País	7.030
Outras Imobilizações de Uso		619	568	(Capital a Realizar)	7.455
(Depreciação acumulada)		(397)	(357)		7.050
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	151	153	RESERVAS DE SOBRAS	(20)
Outros Ativos Intangíveis		320	283		(23)
(Amortização acumulada)		(169)	(130)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.881
TOTAL DO ATIVO	181.796	165.608	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.796	165.608

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.062	-	3.062	6.636	-	6.636	7.874	-	7.874
Operações de Crédito	2.580	-	2.580	5.511	-	5.511	6.826	-	6.826
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	482	-	482	1.125	-	1.125	1.048	-	1.048
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(6.463)	(9)	(6.472)	(14.996)	(15)	(15.011)	(16.369)	(11)	(16.380)
Operações de Captação no Mercado	(6.182)	(7)	(6.189)	(14.261)	(11)	(14.272)	(16.139)	(6)	(16.145)
Operações de Empréstimos e Repasses	(37)	(2)	(39)	(84)	(4)	(88)	(145)	(5)	(150)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(244)	-	(244)	(651)	-	(651)	(85)	-	(85)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(3.401)	(9)	(3.410)	(8.360)	(15)	(8.375)	(8.495)	(11)	(8.506)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	3.872	362	4.234	9.546	678	10.224	10.545	608	11.153
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	19	458	477	37	846	883	21	693	714
Rendas de Tarifas Bancárias	5	-	5	13	-	13	17	-	17
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(611)	(36)	(647)	(1.183)	(58)	(1.241)	(1.142)	(38)	(1.180)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(473)	(44)	(517)	(850)	(77)	(927)	(768)	(58)	(826)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(23)	(23)	-	(42)	(42)	-	(35)	(35)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	5.376	24	5.400	12.360	36	12.396	13.270	70	13.340
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(444)	(17)	(461)	(831)	(27)	(858)	(853)	(24)	(877)
RESULTADO OPERACIONAL	471	353	824	1.186	663	1.849	2.050	597	2.647
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-	1	-	1
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	471	353	824	1.186	663	1.849	2.051	597	2.648
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(132)	(132)	-	(249)	(249)	-	(189)	(189)
Provisão para Imposto de Renda	-	(72)	(72)	-	(137)	(137)	-	(101)	(101)
Provisão para Contribuição Social	-	(60)	(60)	-	(112)	(112)	-	(88)	(88)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	471	221	692	1.186	414	1.600	2.051	408	2.459
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	241	(241)	-	231	(231)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	471	221	692	1.427	173	1.600	2.282	177	2.459
DESTINAÇÕES	-	-	-	(507)	(173)	(680)	(806)	(177)	(983)
Fates - Estatutário	-	-	-	(71)	-	(71)	(114)	-	(114)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(173)	(173)	-	(177)	(177)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(425)	-	(425)	(681)	-	(681)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(11)	-	(11)	(11)	-	(11)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	920	-	920	1.476	-	1.476

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS
 CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	7.146	4.753	1.232	13.131
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(1.221)	(1.221)
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	504	-	-	504
Baixas de capital	(195)	-	-	(195)
Resultado do período	-	-	2.459	2.459
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(114)	(114)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(177)	(177)
Reserva Legal - Estatutária	-	681	(681)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11	(11)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	7.455	5.445	1.476	14.376
Mutações do Período	309	692	244	1.245
Saldos no início do período em 01/01/2017	7.455	5.445	1.476	14.376
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(1.472)	(1.472)
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	352	-	-	352
Baixas de capital	(777)	-	-	(777)
Resultado do período	-	-	1.600	1.600
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(71)	(71)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(173)	(173)
Reserva Legal - Estatutária	-	425	(425)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11	(11)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	7.030	5.881	920	13.831
Mutações do Período	(425)	436	(556)	(545)
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	7.017	5.445	908	13.370
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	91	-	-	91
Baixas de capital	(78)	-	-	(78)
Resultado do período	-	-	692	692
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(71)	(71)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(173)	(173)
Reserva Legal - Estatutária	-	425	(425)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	11	(11)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	7.030	5.881	920	13.831
Mutações do Período	13	436	12	461

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS
CNPJ/MF nº 03.750.034/0001-91

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	666	2.052	2.344
Resultado do semestre/exercício	692	1.600	2.459
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(26)	452	(115)
Provisão para operações de crédito	200	585	85
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(4)	6	-
Depreciação do imobilizado de uso	20	40	34
Amortização do intangível	19	39	25
Baixas do ativo permanente	-	-	1
(Reversão) para passivos contingentes	-	(1)	-
Destinações ao FATES	(244)	(244)	(291)
Dividendos SicrediPar	(17)	27	31
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	6.121	13.085	23.488
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(482)	(1.125)	(11.048)
Redução em relações interfinanceiras ativas	61	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(1.135)	(2.305)	620
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(155)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(34)	(214)	(101)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	15	(5)	-
Aumento em depósitos	7.199	16.256	33.627
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	85	11	(3)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(52)	(2)	(195)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(125)	(164)	(96)
Aumento em outras obrigações	744	633	684
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	6.787	15.137	25.832
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3)	(51)	(9)
Aplicações no Intangível	(22)	(37)	(41)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(25)	(88)	(50)
Integralização de capital	91	352	504
Baixa de capital	(78)	(777)	(195)
Distribuição de Sobras	-	(1.476)	(1.232)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	13	(1.901)	(923)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.775	13.148	24.859
Caixa e equivalente de caixa no início do período	125.549	119.176	94.317
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	132.324	132.324	119.176

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/12/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	11.153	-	11.153
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(824)	(2)	(826)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(879)	2	(877)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	19	22
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	132.305	119.154
Total	132.324	119.176

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	12.173	11.048
Total circulante	12.173	11.048

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	9.490	23.353	32.843	30.538
Carteira total	9.490	23.353	32.843	30.538

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.530	-	2.530	2.278
Total	2.530	-	2.530	2.278

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	33.147	31.684	166	158
Nível B	1,00	981	46	10	1
Nível C	3,00	400	392	12	12
Nível D	10,00	63	552	6	55
Nível E	30,00	23	38	7	11
Nível F	50,00	138	83	69	42
Nível H	100,00	621	21	621	21
Total (i)		35.373	32.816	891	300

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	233	4.303	7.405	23.349	35.290	32.803
Outros Serviços	-	71	8	4	83	13
Total	233	4.374	7.413	23.353	35.373	32.816

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	5.376	15,20	5.348	16,30
50 devedores seguintes	15.555	43,97	13.070	39,83
100 devedores seguintes	10.296	29,11	9.810	29,89
Demais	4.146	11,72	4.588	13,98
Total	35.373	100	32.816	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	300	215
Constituição de provisão	651	85
Movimentação de baixados para prejuízo	(60)	-
Saldo final	891	300

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 29 (2016 - R\$ 11), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	18	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	62	71
Impostos e contribuições a compensar	2	11
Títulos e créditos a receber	2.530	2.278
Operações com cartões	23	31
Pendências a regularizar	1	4
Outros	5	34
Total Circulante	2.641	2.429

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Despesas antecipadas	6	1
Total Circulante	6	1

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.262	1.262
Sicredi Participações S.A.	1.000	1.000
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	2.263	2.263

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	324.444 ON	324.444 ON	1	1	1.261.518	1.261.518
	675.987 PN	675.987 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,11%	0,12%	0,61%	0,63%	0,36%	0,36%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	1.000	1.000	1	1	1.262	1.262

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de Uso	-	619	(397)	222	211	
Instalações	10%	310	(150)	160	147	
Móveis e equipamentos de uso	10%	133	(102)	31	40	
Sistema de comunicação	10%	14	(10)	4	5	
Sistema de processamento de dados	20%	129	(104)	25	16	
Sistema de segurança	10%	33	(31)	2	3	
Intangível (i)		320	(169)	151	153	
Investimentos Confederação		320	(169)	151	153	
Total		939	(566)	373	364	

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	3.689	-	-	3.689	3.096
Depósitos a prazo	22.699	11.572	125.260	159.531	143.868
Total	26.388	11.572	125.260	163.220	146.964

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país – outras instituições	848	850
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	848	850
Total circulante	848	850

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	456	463
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	-	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3	1
Pendências a regularizar	1	3
Operações com cartões	2.254	1.939
Demais fornecedores	16	14
Credores diversos	53	44
Total circulante	2.783	2.465

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Cível	1	-	(1)	-
Total	1	-	(1)	-

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Cível	Provável	-	1
Total		-	1

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 5.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	7.030	7.455
Total de associados	1.149	1.119

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 425 (2016 – R\$ 309), sendo R\$ 352 (2016 – R\$ 504), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 777 (2016 – R\$ 195).

b) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juízes do Estado do Rio Grande do Sul - Sicredi Ajuris RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 30% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	1.849	2.648
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(777)	(1.112)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	4
Provisão resgate de milhas cartão	4	(4)
Provisão PPR	1	-
Receita com atos cooperativos	498	861
Outros	21	62
Subtotal	528	923
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(249)	(189)

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	12.173	11.048
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	132.305	119.154
Outros Créditos - Rendas a receber	40	32
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	62	80
Investimentos (Nota 09)	2.263	2.263
Intangível (Nota 10)	151	153
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	848	850
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	2.198	1.890
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.125	1.048
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	143	126
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	11.943	13.067
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	88	150
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	52	53
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	622	609

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	297	8,05%	293
Depósitos a prazo	7.170	4,49%	6.045
Operações de crédito	462	1,41%	395

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	71	59

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de aluguéis	113	114
Despesa de comunicação	61	50
Despesa de manutenção e conservação	7	1
Despesa de material	18	22
Despesa processamento dados	19	10
Despesa de promoções e relações públicas	173	192
Despesa de propaganda e publicidade	2	4
Despesa de seguro	13	10
Despesa de serviços do sistema financeiro	97	78
Despesa de serviços de terceiros	20	17
Despesa de serviços de vigilância e segurança	76	72
Despesa de serviços de técnicos especializados	79	81
Despesa de serviços de transportes	8	7
Outras despesas administrativas	241	168
Total	927	826

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	152	210
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.836	12.874
Reversão de provisões operacionais	201	99
Outras rendas operacionais	207	157
Total	12.396	13.340

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1	25
Contribuição O.C.E.	19	18
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	20	19
Contribuição Confederação Sicredi	203	152
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	105	122
Contribuição Sureg	191	185
Encargos da administração financeira	67	73
Repasso administradora de Cartões	23	27
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	39	25
Outras provisões operacionais	80	73
Outras despesas operacionais	110	158
Total	858	877

NOTA 21 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	638	139
Total	638	139

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	13.731	14.309
Nível I (NI)	13.731	14.309
Capital principal - CP	13.731	14.309
Capital social	7.030	7.455
Reservas de capital	5.881	5.445
Lucros acumulados	920	1.476
Ajustes Prudenciais	(100)	(67)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	73.146	67.231
Margem de Capital (i)	4.222	5.569
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,77%	21,28%
Situação de Imobilização (Imob)	274	298
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,99%	2,08%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Augusto Otávio Stern
Diretor Executivo
CPF: 237.238.820-72

Ricardo Raupp Ruschel
Diretor de Operações
CPF: 212.565.510-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20